

A práxis transformadora da Filosofia e sua ação subversiva nas organizações

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo

O artigo aborda de que maneira a inserção do pensamento filosófico em diversos segmentos estruturais da sociedade vigente favorece uma mudança radical de paradigmas axiológicos na condução da própria organização social, não sem sofrer resistências de setores obscurantistas e conservadores aferrados aos poderes estabelecidos, partidários da manutenção da ordem estabelecida, inquestionada.

Palavras-Chave: Filosofia; Subversão; Criticidade; Mudança.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ/Professor da FACC-UFRJ.

O filósofo é o amigo do conceito, ele é conceito em potência. Quer dizer que a Filosofia não é uma simples arte de formar, de inventar ou de fabricar conceitos, pois os conceitos não são necessariamente formas, achados ou produtos. A Filosofia, mais rigorosamente, é a disciplina que consiste em criar conceitos
(DELEUZE & GUATTARI, 1992, p. 13).

Introdução

A Filosofia é reconhecida usualmente como a matriz convergente dos saberes, dos quais os diversos discursos epistêmicos derivariam e se especializariam no decorrer das eras, até o momento inevitável da emancipação de tais discursos em relação ao núcleo filosófico. Os saberes particularizados, contudo, apresentam em suas raízes os resquícios originários, que foram paulatinamente recalcados pelos tecnicistas da especialização autocentrada, mas não suprimidos. Na emergência da religação dos saberes, o papel articulador da Filosofia é crucial para estabelecer o diálogo transdisciplinar entre os discursos comumente incomunicáveis. Todavia, a própria atividade filosófica deve também suprimir o purismo intelectual com o qual se revestiu na era moderna, para que, estrategicamente inserida na estrutura sociopolítica, nas organizações e corporações, ajude no processo de transformação da realidade concreta. Por conseguinte, a atividade filosófica não poderá se manter em seu voo altaneiro, observando placidamente os acontecimentos contraditórios da vida humana na biosfera, mas intervir diretamente no palco das ações e decisões humanas.

A atividade crítica na Filosofia não é exercida apenas pelo filósofo de formação acadêmica, mas por qualquer sujeito que desenvolva em sua existência o apreço pela reflexão e seja

movido pelo interesse de estabelecer conexões inovadoras com os diversos saberes compartimentados epistemologicamente em espaços intelectuais muitas vezes autocentrados, destituídos assim de interlocução: “A propensão do intelectual a perder contato com a realidade tem algo a ver com sua tendência a fechar-se em seu gabinete e só receber os seus iguais” (MANNHEIM, 2012, p. 129).

Há filósofos acadêmicos que exercem positivamente esse ofício, assim como muitos outros não, assim como há pensadores de diversos outros ramos epistêmicos que apresentam em suas atividades intelectuais qualidades filosóficas de grande qualidade, enquanto outros sujeitos acreditam exercer atividades filosóficas em âmbito profissional ou privado, mas fazem em verdade outra coisa que não o ofício filosófico. Certamente a situação ideal seria que os filósofos acadêmicos se apropriassem da tarefa de religação global dos saberes e do processo de transformação da realidade concreta, mas nem por tal deficiência podemos descurar da importante contribuição intelectual que outras formas de atuação filosófica fornecem no processo de esclarecimento e de formação cultural da sociedade vigente, acentuada tecnocrática. Afinal, o ofício filosófico não é apenas uma profissão, mas acima de tudo uma maneira especial de compreender o sentido da realidade e de se engajar por sua mudança quando as circunstâncias vigentes não promovem

o bem-estar genuíno do ser humano na sua mediação com a biosfera. Por conseguinte, o saber filosófico conduz a uma práxis transformadora.

A importância da atuação subversiva da Filosofia nas organizações

A transformação social que almejamos pressupõe a condução filosófica no processo de mudança das bases estruturais. Não cabe ao discurso filosófico apenas manter o papel de grande legislador do saber, situado acima das contingências humanas e institucionais. Não basta que a atividade filosófica se aproprie novamente do papel intelectual vanguardista que outrora lhe cabia, mas também atuar diretamente nas organizações, efetivando assim uma reconfiguração dos paradigmas epistêmicos e axiológicos dos atores sociais inseridos nesses sistemas. Decorre daí a importância cultural de se ocupar os espaços disponíveis com pensadores-filósofos comprometidos com a crítica radical da ordem vigente, de modo a se suprimir todo reacionarismo ideológico, causa básica da paralisia das forças criativas da sociedade. Para Bertrand Russell,

A Filosofia, se não pode responder a tantas perguntas como gostaríamos, tem pelo menos o poder de fazer perguntas que aumentam o interesse do mundo, e mostram a estranheza e a maravilha repousando imediatamente sob a superfície mesmo nas coisas mais comuns da vida cotidiana (RUSSELL, 2008, p. 78).

Mesmo quando questões filosóficas são apresentadas em programas midiáticos de maneira superficial, tais ideias alcançam mentes abertas para tais problematizações, circunstância que

evidencia a importância cultural desses acontecimentos. Quando filósofos são convidados para participação em debates televisivos mais sofisticados, a situação se torna ainda melhor. O filósofo não pode ser sectário de recusar oportunidades de grande apelo social para apresentar publicamente suas argumentações sobre dados problemas que afetam a esfera pública, criando assim uma alternativa viável ao modelo tradicional da filosofia acadêmica, que não raro se encerra intelectualmente em si mesma, revestindo-se de caracteres autocentrados, fechados perante qualquer possibilidade de diálogo cultural. Conforme argumenta Edgar Morin,

O saber tornou-se cada vez mais esotérico (acessível somente aos especialistas) e anônimo (quantitativo e formalizado) o conhecimento técnico está cada igualmente reservado aos experts, cuja competência em um campo restrito é acompanhada de incompetência quanto este campo é perturbado por influências externas ou modificado por um novo acontecimento (MORIN, 2002, p. 19).

O espírito filosófico encontra significação no processo de religação dos saberes quando estabelece abertura com a multiplicidade do pensamento, desfazendo-se assim da arrogância purista que chancelou tradicionalmente a sua pretensa superioridade epistêmica em relação aos demais discursos. Essa ilusão intelectual é uma das causas do desprestígio do saber filosófico na sociedade tecnocrática, pois outros segmentos epistemológicos ocuparam os espaços culturais dos quais o discurso filosófico se ausentou voluntariamente em prol de seu sectarismo purista.

A função crítica da Filosofia não é a de cancelar o status quo, mas de contradizê-lo, gerando assim estranhamento perante as mentalidades unidimensionais, que somente conseguem compreender a realidade de maneira superficial e maniqueísta. Esse papel cáustico da Filosofia encontra na práxis de Sócrates um grande exemplo de aplicação. Sócrates, ao colocar em xeque todos os parâmetros axiológicos nos quais se sustentava a sociedade ateniense, atuava como a má consciência que exigia de cada um dos seus interlocutores a investigação constante de seus pretensos conhecimentos, de modo a se suprimir os preconceitos e opiniões que prejudicam uma avaliação mais límpida da realidade.

Não podemos negar que esse processo de aquisição do conhecimento é um tanto “doloroso”, pois o ato de demolirmos as nossas velhas opiniões nos deixam existencialmente desconfortáveis perante o mundo que nos rodeia, do qual tínhamos até então uma opinião diferente e despreocupada. Acreditávamos conhecer plenamente determinadas questões, até o momento em que tomamos ciência de que efetivamente apenas conhecemos aspectos parciais e fragmentados dessas questões. Porém, não podemos também deixar de destacar que esse método de análise rigorosa das nossas verdades particulares preconcebidas se trata de um meio extremamente eficaz para que possamos ampliar nosso grau de conhecimento acerca de uma determinada questão, pois evitamos assim que a busca pelo conhecimento se torne um processo rígido, desprovido do sentimento saudável de contínuo questionamento sobre o valor e a veracidade de tudo aquilo com que nos deparamos na nossa vida cotidiana: “O

intelecto é o campo da dúvida, porque é o campo da desmitologização de mitos. Pensar é duvidar, porque pensar é o ritual da desmitologização” (FLUSSER, 1999, p. 82).

Ao subverter as hierarquias sociais tradicionais, Sócrates atraiu o rancor dos poderes estabelecidos, sendo julgado como ímpio e corruptor dos jovens. Contudo, em nenhum momento Sócrates se dobrou perante as manobras dos seus detratores, e morreu dignamente como verdadeiro cidadão de uma Atenas que não honrava devidamente seus grandes pensadores. O exemplo de Sócrates permanece como a consciência crítica que não coaduna com a miséria do pensamento humana, pois uma vida sem exame não vale a pena ser vivida (PLATÃO, *Apologia de Sócrates*, 38a).

A atividade filosófica não pode ser confundida como uma mera deontologia que legisla sobre os princípios normativos que regulam uma dada profissão, pois tal segmentação epistêmica é estritamente redutora da potencialidade do exercício crítico da consciência filosófica. Não lhe cabe determinar o que é certo ou errado, justo ou injusto, mas avaliar os fundamentos das ações dos sujeitos em suas funções e seus efeitos nas relações sociais. Por conseguinte, não é o filósofo que ensinará ao sujeito como ser ético ou como desenvolver o senso de cidadania. Convém nos afastarmos do professor de Filosofia que pretender formar bons cidadãos. Melhor seria se esse docente se esforçasse em promover o senso crítico entre seus alunos. Essa associação equivocada entre o conhecimento filosófico e o estabelecimento e o cumprimento das regras do dever fazem do professor de Filosofia uma espécie de herdeiro da

moral sacerdotal e de seu inerente poder legislador, suprimindo a radicalidade solvente da práxis filosófica sustentada pela criticidade permanente. Certamente existem inúmeros professores de Filosofia que revestem suas práticas profissionais com a aura da normatividade epistêmica e como tais não podem ser descaracterizados como profissionais, mas considero que a insistência nesse modelo de pensamento tende a cristalizar o discurso filosófico e torná-lo um similar do dogmatismo religioso.

Para transformar as bases ideológicas da sociedade tecnocrática, a atividade filosófica deve se infiltrar em todos os âmbitos organizacionais possíveis, mas em especial nos cursos universitários e nas atividades profissionais que são o suporte para a perpetuação dos paradigmas estruturais e ideológicos em vigor, elencados a seguir:

a) Na administração, nas organizações e corporações

O pensamento unidimensional, que diviniza as forças mercadológicas (imputadas como as únicas instâncias capazes de promoverem o progresso socioeconômico), erra ao excluir a capacidade mobilizadora dos movimentos sociais alheios a todo crivo puramente corporativo regido pela sanha de obtenção de riqueza e elevados índices de lucratividade para seus acionistas. Conforme argumenta Edgar Morin em sua valiosa colocação pessoal,

Acredito profundamente que quanto menos um pensamento for mutilador, menos ele mutilará os humanos. É preciso lembrar-se dos estragos que os pontos de vista simplificadores têm feito, não apenas no mundo intelectual, mas na vida. Milhões de seres sofrem o

resultado dos efeitos do pensamento fragmentado unidimensional (MORIN, 2011, p. 83).

É imprescindível que os cursos universitários de Administração sejam cada vez mais imbuídos de conteúdos pedagógicos marcados pela reflexividade e criticidade, de modo a quebrar as bases conservadoras que sustentam as aspirações existenciais de estudantes devotos da onipotência do mercado e da gestão privada dos negócios. Nessas condições, esse alunado, alocado no porvir como a vanguarda gestora das corporações, encontrará subsídios excelentes para a transformação da mentalidade organizacional vigente de padrão privatista para o cunho público, único sistema capaz de promover efetivamente o beneficiamento social.

Os cursos de Administração, hegemonicamente, preparam seus estudantes para que se tornem os mandatários e gestores das corporações, inoculando-lhes a mentalidade do alto escalão empresarial, alheia aos sofrimentos psicofisiológicos dos trabalhadores, a grande base da pirâmide social. Para essa concepção tecnocrática das organizações, o sucesso da empresa está acima das demandas existenciais dos seus servidores, continuamente explorados profissionalmente até o limite da exaustão orgânica. Segundo Maurício Tragtenberg,

O sistema capitalista perpetua-se porque ele produz escravos a quem é inculcada, desde a infância, uma necessidade de segurança, que se traduz socialmente por uma fé absoluta nas instituições e na "verdade" do poder, de uma tal religiosidade que o sacrifício de si, a ideologia da renúncia à subjetividade e seus prazeres

proibidos, adoração mística do poder e o culto do chefe terminam por eliminar toda possibilidade autônoma de pensamento (TRAGTENBERG, 2005, p. 139)

A gestão empresarial capitalista, não obstante seu pretensão espírito liberal, em verdade se configura como um modelo totalitário de controle organizacional, pois anula a singularidade humana dos seus membros em nome da produtividade inconsequente e do subsequente sucesso incondicional das suas finanças. É imprescindível que se desenvolva maior enfoque epistemológico na Administração Pública do que na Administração Privada, independentemente das pretensas demandas do mercado. Para que possamos modificar radicalmente a ordem vigente é necessário que tenhamos coragem de remar contra a maré. Eis a importância social de uma revolução proletária que coletivize as empresas privadas e corte assim pela raiz o beneficiamento privado de uma elite de acionistas e gestores, exploradores da mão-de-obra humana. A consciência holística não é compatível com a privatização dos lucros em detrimento das carências materiais de uma grande massa humana alheada de sua própria vitalidade criativa. A perpetuação do modo de produção capitalista e sua apregoada iniciativa privada não promove a justiça concreta que o sistema comunista pode efetivamente conceder aos sujeitos nesse modo libertário de gestão pública.

A Filosofia inserida nas organizações não pode jamais se converter em uma formalista disposição deontológica, ensinando seus membros a agirem de maneira eticamente regulamentada conforme os mandamentos morais da justiça e da ordem, mas sim a denunciar

a alienação existencial que o modelo de gestão capitalista produz na vida do trabalhador, que é espoliado de sua energia criativa para maior sucesso financeiro do patronato e dos acionistas. Uma questão existencial se enuncia para os sujeitos envolvidos no meio corporativo: até que ponto é pertinente para o desenvolvimento da carreira a dedicação incondicional ao projeto de sucesso da empresa na qual se trabalha? Em nome desse sucesso, sofre-se estresse contínuo, se aceita o assédio moral, alimenta-se e dorme-se mal, em suma, o homem corporativo se submete aos mais degradantes procedimentos para ascender profissionalmente, a custo de sua própria saúde e da destruição dos seus laços afetivos. O espírito de frugalidade deve penetrar na consciência dos sujeitos envolvidos no mundo corporativo, fazendo-lhes perceber que a sabedoria prática de vida não consiste em se extenuar profissionalmente para satisfazer os desejos de consumo, mas antes suprimir as fontes psicológicas desses desejos aditivos, para que justamente não se necessite trabalhar sofregamente para realizar tais demandas artificiais.

b) No Direito, no sistema jurídico

A Filosofia encontra, na teoria, grande repercussão no mundo jurídico, configurando-se como uma das bases epistemológicas éticas fundamentais dos cursos de Direito e dos conselhos de advogados; contudo, na prática o conhecimento filosófico é preterido pela burocracia jurídica e pelo tecnicismo das filigranas textuais que somente geram obscurantismo e elitização do Direito, alheado do genuíno senso de promoção da justiça social. O sistema judiciário chancela a opressão das classes dominantes sobre as classes economicamente desfavorecidas, pois

seus fundamentos ideológicos são plutocráticos, protegendo os corruptos interesses corporativos e criminalizando a pobreza social. O conhecimento filosófico incrustado no Direito deve perder seu caráter normativo de orientação deontológica para a formação da boa consciência do jurista e se converter em práxis crítica autêntica, atuando como movimento dialético de transformação da realidade, legitimando movimentos sociais de resistência aos imperativos fascistas do autoritarismo governamental laço do empresariado. A filosofia crítica no Direito evidencia que o formalismo jurídico é incapaz de resolver os problemas estruturais da ordem política repressora da vida oprimida, pois a violência legitimada pelo sistema plutocrático não pode ser refreada com mandamentos morais. Segundo Nilo Batista,

Propensão para o crime tem é o Estado que permite a carência, a miséria, a subnutrição e a doença – em suma, que cria a favela e as condições sub-humanas de vida. É fácil dizer que “bandido tem é que morrer” e invadir casas de famílias honestas, de trabalhadores, e consentir que disparos perdidos matem inocentes. Difícil é cobrar do Estado o respeito à lei e a proteção dos direitos que toda pessoa tem, a começar pela vida (BATISTA, 1990, p. 159).

Para se vencer arbitrariedades jurídicas que perpetuam os benefícios escusos das classes dominantes, somente através da dissolução dos paradigmas jurídicos fundamentados na retórica vazia, em prol da construção de uma ação política de resistência multitudinária que afirme o Direito achado na rua e na própria violência revolucionária.

c) No sistema midiático, no sistema publicitário e no mercado de Moda

As práticas comunicacionais corporativas não são de maneira alguma axiologicamente neutras ou isentas de ideologias. Muitas instabilidades sociais e institucionais são promovidas pela ação deletéria dos aparatos midiáticos que, em nome da satisfação de interesses escusos próprios ou de terceiros, exercem manipulação ideológica dos conteúdos informativos, impedindo assim a compreensão pública efetiva dos acontecimentos sociais. Tanto pior, as corporações midiáticas promovem uma forma heterônoma de pensamento massificador, distorcendo assim o sentido da realidade concreta perante os consumidores de informações, que confundem as mesmas com a produção crítica de conhecimento. A mídia não forma, apenas informa, mas propaga publicamente seu papel social de estimuladora da cultura, o que não procede. A atividade crítica do filósofo no meio jornalístico consiste em desmistificar a visão de mundo distorcida que os operadores das notícias propagam para a consciência irrefletida do senso comum, lutando continuamente contra a arrogância e as bravatas dos jornalistas, que se imputam como intelectuais autênticos, quando em geral apenas se situam na superfície da criação cultural. Para Juremir Machado da Silva,

O sábio, de vocação socrática, sabe que não sabe. O jornalista continua a apostar na verdade definitiva. O cientista busca a verdade como ideal-norteador. O jornalista, como um missionário. Adversário do intelectualismo que complica, o jornalismo converte-se em aliado da falsa verdade que simplifica

(MACHADO DA SILVA, 2000, p. 39).

Não podemos descurar também do papel crítico da consciência filosófica contra a atividade publicitária e seu inerente mecanismo fetichista e reificador. O sistema publicitário concede aos produtos um conjunto de valores artificiais que regulam as relações interpessoais, ao mesmo tempo em que converte os sujeitos em coisas vendáveis que podemos conquistar mediante a posse dos objetos revestidos com a aura mágica da propaganda. Muitos publicitários se consideram como pessoas criativas, mas essa qualidade é utilizada para estimular nos consumidores o ímpeto desenfreado por adições externas, fundamentando assim uma gestão humana pautada pelo princípio do Ter, tal como apresentado por Erich Fromm:

Em resumo, consumir é uma forma de ter, e talvez a mais importante da atual sociedade abastada industrial. Consumir apresenta qualidades ambíguas: alivia ansiedade, porque o que se tem não pode ser tirado; mas exige que se consuma cada vez mais, porque o consumo anterior logo perde a sua característica de satisfazer. Os consumidores modernos podem identificar-se pela fórmula: eu sou = o que tenho e o que consumo (FROMM, 1987, p. 45).

A dita criatividade publicitária é ontologicamente vazia, pois depende sempre do impacto sobre a massa consumidora para obter sucesso comercial, quando a criatividade genuína é espontânea e nasce da expressão interior do sujeito que afirma sua potência de agir. A normatividade da Moda também se associa a tais princípios fabulosos, retirando ainda

dos seus usuários a autenticidade e a singularidade ao adequá-los a regras heterônomas de estilo e de padrão estético. Segundo André Gorz,

Em mercados virtualmente saturados, a única forma de crescimento possível era a rapidez com que se sucediam os gostos, as preferências e as modas. Não se tratava simplesmente, para as empresas, de “responder” de maneira quase instantânea à demanda cada vez mais volátil dos clientes: deviam adiantar-se a ela, acentuar, criar volatilidade, a inconsistência, o caráter efêmero das modas e dos desejos, opor-se a toda normalização e a todo senso de normalidade (GORZ, 2004, p. 37).

O trabalho crítico do filósofo nos meios de comunicação de massa em seus segmentos se fundamenta, portanto, como denúncia dos disparates enunciativos desprovidos de neutralidade axiológica, mas vendidos como se fossem dotados de uma seráfica isenção, e das futilidades consumistas.

d) Na Economia

A forma excelente de gestão social reside na organização comunista da vida econômica, suprimindo-se a propriedade privada e a configuração estatal que perpetua a existência dos privilégios elitistas, fornecendo-se assim para a população o acesso pleno aos benefícios públicos fundamentais para a manutenção da sua dignidade vital. Abolida a propriedade privada, distribuída convenientemente para associações de trabalhadores que produziram para satisfazer suas demandas locais, a exploração laboral se encerra, pois alienação criativa do trabalhador não encontraria sustentação material. Segundo a mentalidade conservadora associada ao espírito

individualista capitalista, tal projeto é abominável. Para se refrear os conflitos de classe sem a abolição das suas estruturas contraditórias e se manter a iniciativa privada controlada razoavelmente pelo poder governamental, a gestão do Estado de Bem-Estar Social se apresentou como uma alternativa mais suave, mas as crises estruturais do capitalismo motivaram a sua erosão. A era de trevas ressurgiu com a instauração do projeto neoliberal, que retira do Estado seu papel regulador da vida econômica, e como os interesses privados raramente são compatíveis com as demandas públicas, os resultados sociais desse modelo de gestão econômico ocasionam consideráveis males coletivos. O neoliberalismo privatiza os lucros e socializa os prejuízos. Infiltrada nas organizações privadas como discurso reflexivo e/ou enquanto atuação profissional, a filosofia crítica deve lutar pela dissolução das estruturas autocentradas que somente beneficiam um grupo de eleitos em detrimento da grande massa humana que sofre diariamente em decorrência das injustiças sistêmicas do regime capitalista. Todavia, considero que medidas radicais podem ser adotadas para que o modelo capitalista de gestão econômica e sua endêmica produção de exclusão social sejam destruídos em suas bases fundamentais e assim convenientemente substituídos pelo modelo político comunista, promotor do genuíno progresso humano ao abolir a propriedade privada, a exploração laboral do trabalhador, as especulações financeiras e a produção desenfreada de bens materiais sem qualquer tipo de planejamento racional.

A Economia, no auge da era moderna, lutou ferrenhamente para se dissociar de sua raiz filosófica originária, tal como

propuseram Xenofonte (*Econômico*) e Aristóteles (*Ética a Nicômacos* e *Os econômicos*), tornando-se então uma ciência desvinculada das problematizações éticas, morais e axiológicas. Destituída de sua humanidade primordial, a Economia tornou-se instrumento ótimo para o estabelecimento do poder tecnocrático do regime capitalista sobre a vida humana. A grande crise global demonstra que as atividades econômicas dependem da orientação filosófica, não só como aconselhamento deontológico que vise moderar a sanha monetarista dos especialistas em finanças, mas, sobretudo, como conjugação ética e epistemológica que permite o estabelecimento de um projeto de planejamento econômico compatível com o desenvolvimento social e a supressão das carências estruturais que prejudicam o verdadeiro progresso humano em suas diversas expressões. Nesses termos, não é possível criarmos as bases de um pretenso capitalismo sustentável, pois esse regime econômico, considerado friamente, é insustentável. Para Fátima Portilho,

O sistema econômico, ao atuar em função das necessidades de mercado, produz consequências negativas para a organização da sociedade (na medida em que acaba com a solidariedade, o comunitarismo e o cooperativismo) e para o funcionamento desses sistemas ecológicos (na medida em que submete a natureza ao ritmo da exploração capitalista). Paralelamente, o cidadão é reduzido à esfera do consumo, já que consumir torna-se sinônimo de participador da esfera pública. Em lugar do cidadão forma-se um consumidor, que aceita ser chamado de cliente e usuário e aceita ser cobrado por uma espécie

de obrigação moral e cívica de consumir (PORTILHO, 2005, p. 184).

Não se pode conciliar desenvolvimento industrial desenfreado, consumismo e qualidade de vida na biosfera. Eis a importância axiológica do decrescimento produtivo, para além dos preconceitos economicistas usuais. A felicidade humana genuína não necessita da perpetuação da produtividade predatória para que possa se concretizar, mas pelo controle racional sobre os desejos, motivando assim uma orientação existencial perante as coisas mais consciente.

e) Na Educação

Na sociedade tecnocrática, o espírito pedagógico perde a esperança de promover a formação crítica e a emancipação social dos sujeitos, pois o ensino é direcionado ideologicamente para um pragmatismo instrumentalizado, no qual as aptidões estudantis são, desde tenra idade, estimuladas a seguir as orientações das demandas de mercado, esse grande monstro regulador de toda forma de vida social. Outro ponto importante a se destacar é a crescente transformação da atividade pedagógica em conformismo existencial, no qual os docentes encontram pouca capacidade de inovação e aprimoramento intelectual, suprimindo inclusive a importância criadora da dúvida, matriz das reflexões críticas dos sujeitos em sua mediação com o mundo circundante.

A gestão pública conduzida por uma casta de plutocratas corruptos é uma das responsáveis por esse fator, ao incentivar muito precariamente a formação continuada dos docentes, mas estes também não são isentos de responsabilidade perante essa situação degradante, pois não raro eles

desvincularam das suas atividades pedagógicas o teor de politização conveniente para o estabelecimento do senso crítico entre todos os sujeitos envolvidos na dinâmica educacional. Um dos problemas intelectuais mais terríveis na carreira docente é a burocratização pedagógica, que se caracteriza pelo acomodamento existencial que dissipa as aspirações intelectuais por transformação dos paradigmas vigentes, seja por apatia, seja por excesso de empáfia decorrente da estabilidade profissional. Para Karl Mannheim,

As máquinas burocráticas são perfeitamente capazes de engendrar o mesmo e a conformidade de que necessitam, mas para sobreviver a longo prazo elas também precisam servir-se do juízo crítico que a mente controladora já não é capaz de produzir (MANNHEIM, 2012, p. 138).

Muitos docentes internalizam em seus discursos os preconceitos burgueses, tornando-se filisteus da cultura que se preocupam muito mais com as benesses materiais do que com o papel formador do professor na transformação da realidade social. O professor que não acredita na força emancipatória da educação deveria renunciar ao seu cargo, pois se encontra na função profissional errada. Obviamente que as circunstâncias sociais são complexas e dificultosas para a realização desse projeto transformador, mas é imprescindível que exista no professor o ímpeto de luta por reconhecimento e a capacidade de resistência em prol da efetivação dos seus projetos libertários na cultura, na cidadania e na própria práxis política. Por conseguinte, a atividade docente de maneira alguma é axiologicamente neutra; tal pretensão é intrinsecamente absurda. Talvez se

possa até mesmo defender a ideia de uma escola sem partido, mas jamais uma escola desprovida de dimensão política. A grandeza de Paulo Freire prevalece sobre a agenda econômica neoliberal e seus critérios reacionários contrários ao processo de autonomização cultural dos sujeitos:

A sociedade alienada não tem consciência de seu próprio existir. Um profissional alienado é um ser inautêntico. Seu pensar não está comprometido consigo mesmo, não é responsável. O ser alienado não olha para a realidade com critério pessoal, mas com olhos alheios (FREIRE, 1983, p. 35).

Muitos estudantes de Pedagogia se matriculam no curso visando apenas obter o diploma, para que possam assim almejar o crescimento funcional nas instituições em que trabalham. É imprescindível desmistificarmos a ideia de que todo estudante de Pedagogia necessariamente está comprometido com a carreira docente; muitos se matriculam nos cursos visando possíveis transferências posteriores, ou ainda a graduação para que possam realizar concursos públicos e assim conquistar a sonhada estabilidade profissional. O reacionarismo ideológico entre os estudantes de cursos de Pedagogia é surpreendente, muitos são sectários religiosos raivosos, que conhecem mais os versículos bíblicos do que os conceitos dos grandes educadores. Prejuízos culturais imensos surgirão quando esses futuros professores lecionarem para os jovens em processo formativo. Se essa massa docente conhecesse e aplicasse os paradigmas republicanos em suas atividades profissionais que pressupõe a separação entre o privado religioso e o laico público, poderíamos aguardar condições culturais futuras mais

razoáveis. Descartes foi bastante otimista acerca da universalidade do bom senso, e dessa maneira se equivoca em suas colocações:

O bom senso é a coisa mais bem distribuída do mundo: pois cada um pensa estar tão bem provido dele, que mesmo aqueles mais difíceis de se satisfazerem com qualquer outra coisa não costumam desejar mais bom senso do que têm. Assim, não é verossímil que todos se enganem; mas, pelo contrário, isso demonstra que o poder de bem julgar e de distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que se denomina bom senso ou razão, é por natureza igual em todos os homens (DESCARTES, 2001, p. 5).

Se de fato o bom senso se manifestasse de maneira equânime na condição humana, a felicidade e a justiça prevaleceriam sobre a barbárie, e a razão, integrada ao âmbito afetivo do sujeito, seria utilizada como instrumento crítico capaz de favorecer a autonomia humana como força transformadora. O sistema educacional usual, não obstante suas expectativas esperanças, não consegue promover a criticidade entre os sujeitos. Fernando Savater apresenta importantes questões sobre o sentido da educação na promoção da autonomia existencial do ser humano:

A educação deve preparar gente apta a competir no mercado de trabalho ou formar homens completos? Deve dar ênfase à autonomia de cada indivíduo, com frequência crítica e dissidente, ou à coesão social? Deve desenvolver a originalidade inovadora ou manter a identidade tradicional do grupo? Atendem à eficácia prática ou apostam no risco criador? Reproduzirá a ordem existente ou

instruirá os rebeldes que possam derrubá-la? (SAVATER, 2012, p. 17).

O discurso crítico encontra dificuldades epistêmicas para fecundar na seara dos cursos de Pedagogia, pois mesmo o seu alunado se converteu ao crivo do ensino espetacular e assim deseja a superficialidade dos conteúdos facilitados para que não existam dificuldades pedagógicas para o seu sucesso acadêmico. Conforme indaga Bachelard,

Que seria uma razão sem possibilidades de pensar? A pedagogia da razão deve aproveitar as possibilidades do pensar. Deve procurar a variedade dos pensamentos, ou melhor, as variações do pensamento (BACHELARD, 1987, p. 135-136).

Tal empreendimento intelectual não faz parte da dimensão cultural da grande massa estudantil, que quer mais prática e menos teoria, sendo que a formulação teórica na Pedagogia nasceu da análise criteriosa da prática. Pedagogia que é pura prática se converte em catequese tecnicista e assim se torna uma ideologia materializada. A reatividade estudantil é estúpida em qualquer circunstância, mas certamente o mais terrível é encontrarmos graduandos de Pedagogia que apresentam em sala de aula comportamento indolente, dispersivo e até mesmo arrogante para com seus professores. A justiça histórica é que esse alunado grotesco vivenciará no porvir situações pedagógicas ainda mais bizarras, apresentando, todavia, uma série de lamentações contra a degradação da experiência cultural.

f) Na Política

A relação entre Filosofia e atividade política, ainda que na sociedade

tecnocrática pareça incompatível, motivou a elaboração de um dos maiores projetos organizacionais, a *República* de Platão. O grande sonho dos arquitetos das sociedades racionalizadas é que a gestão pública esteja sob a condução dos filósofos, conhecedores da verdade, do belo e do Bem. O gênio filosófico de Aristóteles, por sua vez, conciliou a experiência da ética (*Ética a Nicômacos*) com a vida política (*Política*) em uma relação indissociável, onde a primeira é o anteparo da segunda. Para Aristóteles, a prática da virtude somente se realiza convenientemente na dimensão pública da existência, circunstância que concede ao âmbito político uma conotação ontológica que transcende a perspectiva grosseira do senso comum, que imputa a possibilidade do exercício da atuação política somente a uma casta social de eleitos, uma grande absurdidade. Com efeito, a ação política não é apenas aquela que é exercida formalmente nas estruturas oficiais do poder, mas em qualquer espaço de convívio social. Essa visão holística da política é desconhecida no imaginário social. No decorrer das eras, a expertise filosófica foi convocada pelos poderes estabelecidos apenas para referendar a estrutura estabelecida, tornando-se lacaia do autoritarismo e do conservadorismo.

Na estrutura social moderna e sua inerente democratização, apesar do cunho tecnocrático que fundamenta sua administração política, o conhecimento filosófico encontra alguns caminhos de entrada para a transformação interna da ordenação em vigor. É digno de nota que um filósofo atue em funções parlamentares, ministeriais e mesmo executivas, mas cabe que no seu exercício político ele atue como filósofo, isto é, aplicando seu

conhecimento global para a resolução das questões administrativas com as quais se defronta. A Filosofia na Política, contudo, não pode se converter em moralismo institucional e, nesse ponto, tanto Maquiavel (*O Príncipe*), como Espinosa (*Tratado Político*), demonstraram muito maior compromisso com a realidade concreta do que os quiméricos idealizadores do projeto normativo da aplicação de preceitos morais na política. A análise crítica da ação política não é determinada como os homens deveriam agir, mas sim como eles são de fato, com suas paixões, suas contradições, suas idiossincrasias. Para que possamos mudar as estruturas corrompidas da gestão pública, é crucial que compreendamos a realidade política tal como ela é. A consciência crítica da Filosofia acerca da experiência política resgata o seu caráter imanente de ação multitudinária e a capacidade de transformação da coisa pública latente nos sujeitos sociais, produzindo uma estrutura social que se pauta pela afirmação da cidadania integral. A práxis política ocorre em todos os espaços coletivos de convivência, e os pensadores comprometidos com a emancipação social devem se apropriar da tarefa de fomentarem nas pessoas a capacidade de resistência contra os desmandos arbitrários da corja rapinante incrustada no poder público, criando inclusive estratégias alternativas para a formação de uma consciência libertária que dissolva a hegemonia cristalizada desses mandatários plutocráticos. Frantz Fanon considera que

Politizar as massas não é, não pode ser, fazer um discurso político. É dedicar-se obstinadamente a fazer com que as massas compreendam que tudo depende delas, que se estagnamos é por sua culpa e que se

avancamos também é por sua culpa, que não há demiurgo, não há homem ilustre e responsável por tudo, mas que o demiurgo é o povo e que as mãos são apenas, definitivamente, as mãos do povo (FANON, 2005, p. 222).

Para que aconteça a revolução social que inicia uma nova ordem social, é necessário que primeiramente ocorra uma mudança interior na consciência dos sujeitos, de modo que eles reconheçam o estado de opressão em que vivem e se engajem em uma luta concreta por transformação radical do sistema político.

Considerações finais

As ideias apresentadas no decorrer desse artigo são uma espécie de prospecto de problematizações que merecem certamente análises mais longas em circunstâncias futuras, levando em consideração não apenas o amadurecimento dos seus pontos cruciais em novas pesquisas mais específicas, mas também desdobramentos dessas reflexões em investigações globais sobre o papel holístico da Filosofia na tentativa de se criar uma gestão do conhecimento humano comprometida com a transformação das suas condições vitais, concedendo-lhe a emancipação perante toda forma de dominação política, social, econômica e ideológica. Daí a importância da presença da Filosofia nos diversos setores estruturais da sociedade vigente, atuando como a força incandescente que abala as bases intelectuais dos saberes que insistem em perpetuar a rigidez formalista e da consciência epistemologicamente autocentrada.

Referências

ARISTÓTELES. **Os econômicos**. Trad. de Delfim Ferreira Leão. Lisboa: INCM, 2004.

_____. **Ética a Nicômacos**. Trad. de Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UNB, 1992.

_____. **Política**. Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1997.

BACHELARD, Gaston. **A Filosofia do Não: filosofia do novo espírito científico**. Trad. de Joaquim José Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1987.

BATISTA, Nilo. **Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a Filosofia?** Trad. de Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ESPINOSA, Baruch de. **Tratado Político**. Trad. de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Trad. de Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FLUSSER, Vilém. **A Dúvida**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FROMM, Erich. **Ter ou ser?** Trad. de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

GORZ, André. **Misérias do presente, riqueza do possível**. Trad. de Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2004.

MACHADO DA SILVA, Juremir. **A miséria do jornalismo brasileiro: as (in)certezas da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da Cultura**. Trad. de Roberto Gambini. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MAQUIAVEL. **O Príncipe**. Trad. de Maurício Santana Dias. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2010.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Trad. de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2011.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates/Críton**. Trad. de Manuel de Oliveira Pulquério. Brasília: Ed. UnB, 1997.

_____. **A República**. Trad. de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1983.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

RUSSELL, Bertrand. **Os problemas da Filosofia**. Trad. de Desidério Murcho. Lisboa: Edições 70, 2008.

SAVATER, Fernando. **O valor de educar**. Trad. de Monica Stahel. São Paulo: Planeta, 2012.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, Poder e Ideologia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

XENOFONTE. **Econômico**. Trad. de Anna Lia Amaral de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes, 1999.